

Conclusão

Nada pode ser criado sem o apoio à tradição. É assim que essa tese parte de uma certa cultura acadêmica que pretende pensar o contemporâneo como momento de invenção e procura tomar lugar diante daqueles que acreditam na Psicanálise como campo propício para a criação de novos modos de ser, pensar e existir.

Portanto, dois pressupostos devem ser tomados a priori na leitura da conclusão deste trabalho:

O primeiro pressuposto parte do diagnóstico de Walter Benjamin da “perda da transmissibilidade da experiência”. O momento contemporâneo representa uma época de modificação do estatuto da experiência, cujo início se deu na modernidade através do surgimento de novas tecnologias de reprodução. O auge da crise moderna constituiu-se como campo propício para o surgimento de regimes totalitários, momento em que os valores, costumes e crenças antigos sofreram o abalo da Grande Guerra, inserindo a cultura em um momento de “catástrofe”.

A segunda análise que deve ser levada em consideração como pressuposto seguinte é a consequência, no plano da linguagem e das relações, da radicalização da perda da experiência e do modo como a guerra trouxe a questão do traumático. A afirmação de Walter Benjamin: “os soldados voltaram da guerra mudos” evidencia a questão da perda da possibilidade de contar. De acordo com a análise de autores contemporâneos como Agamben, Derrida e Selligman-Silva, a cultura passa a viver uma “crise representacional”, isto é, a perda da transmissibilidade da experiência causa uma crise, uma destituição da representação como meio privilegiado na comunicação. Os autores citados indicam, no entanto, que o contexto “catastrófico” traz em si possibilidades de modificação radical no plano da cultura, abrindo espaço para invenções de modo a construir um novo paradigma.

Tendo em vista essas afirmações, consideramos o campo da clínica psicanalítica privilegiado para o estudo dessa questão, a partir de autores que vivenciaram no interior das discussões técnicas da Psicanálise, os limites teóricos desse campo de saber para lidar com o “traumático”.

A primeira hipótese desse trabalho, portanto, é de que a noção de experiência contemporânea, catastrófica, coloca o lugar da escuta terapêutica onde W. Benjamin

localiza como o lugar da testemunha. A posição do analista, ao mesmo tempo clínica e política, desloca o papel da linguagem e insere a possibilidade de uma outra modalidade de comunicação, a qual possibilita a criação de uma nova noção de experiência. Esta outra modalidade, que confere transmissibilidade à experiência, apenas pode ser inscrita como uma “não comunicação”, por colocar em jogo uma forma de narração a partir dos fragmentos corporais e afetivos que nos ligam uns aos outros, muito diverso da comunicação como modelo informacional ou interpretativo.

A constituição da experiência no contexto do trauma, no entanto, requer do analista mais do que uma certa disponibilidade sensível; ela põe em jogo um campo prático de investigação, de invenção, e uma sofisticada postura ética. Quando estabelecido, o acesso à experiência abre espaço à criação de uma nova relação consigo e com os outros, de modo a reestabelecer a alteridade na dimensão subjetiva: dentre as consequências da “catástrofe” no âmbito da constituição subjetiva, está a emergência de estruturas defensivas que são tomadas equivocadamente como definição de “sujeito”. As reflexões teóricas a partir da análise de autores como Ferenczi, Balint e Winnicott, levam à conclusão de que a definição estrutural de “sujeito” é apenas a evidência de uma constituição subjetiva que se estabelece em um contexto afetivo, coletivo, falho ou insuficiente, ou seja, de relações humanas pouco empáticas, pouco disponíveis e defensivas. Devido à “crise representacional” e a consequente destituição da linguagem do papel privilegiado da representação no psiquismo e na constituição subjetiva, pensamos que a definição de experiência subjetiva até então considerada pelo campo de saber psicanalítico, deve sofrer alterações de acordo com as novas roupagens em que os casos clínicos têm se apresentado: considerando, por exemplo, o aumento de casos considerados “difíceis” ou “inadaptados” ao enquadre psicanalítico clássico. A interpretação que pretendemos sustentar dos conceitos de “desmentido”, “falha básica” e “falso self” como instâncias defensivas erigidas sobre falhas ambientais e relacionais primitivas, permitem pensar a possibilidade de que os graus atuais de tais defesas têm aumentado, excedendo à capacidade psíquica de superá-las no decorrer da vida do indivíduo. O aumento da gravidade das defesas destitui as mesmas do caráter protetor do self a ponto de substituir a existência do “real” e do próprio “self”. Em estado de saúde, as defesas não usurpam as funções do meio, mas possibilitam uma maior compreensão e eventual aproveitamento de sua falha relativa.

Ora, se a diminuição significativa das falhas ambientais é possível, então podemos considerar que a estruturação que resultaria dessa organização mais satisfatória, ofereceria condições para uma relação com os objetos e com a realidade mais gratificante e criativa, o que não acontece nas psicopatologias com sinais “fronteiriços”, ou seja, pacientes cujas “tarefas mais básicas do existir não puderam ser minimamente completadas” (Figueiredo, 2003). Então, o traumático, aqui, não diz respeito à frustração e insuficiências características da vida, para as quais o sistema psíquico-corporal parece estar perfeitamente preparado, mas à destruição de qualquer caráter coletivo na experiência, ou ainda, a destruição da dimensão de alteridade na própria existência. Devemos considerar, no entanto, que pesquisas mais apuradas devem ser feitas, não apenas com relação à psicopatologia dos “casos-limite”, mas também, conforme a indicação de Winnicott (1965), em relação à definição do conceito e condições de “saúde”, em que a vida é revestida de características criativas e significativamente menos sintomáticas.

A questão da experiência, portanto, permeou todo o trabalho, na procura de uma definição de experiência capaz de superar as dicotomias interno/externo, subjetivo/objetivo, privado/público, e que permitia pensar a Psicanálise, não apenas como campo de modificações individuais, como também de modificações políticas. Pensar o coletivo a partir do individual, e o individual a partir do coletivo. O viés crítico do presente trabalho não pretendeu sufocar a esperança ou simplesmente prender-se a um ponto de vista “catastrófico”. Ao contrário, pretendeu apontar para a possibilidade de constituição de novas formas de ser, de modo a potencializar a vida, e positivar a relação analítica como âmbito de criação de novas sensibilidades.

O percurso desta tese, porém, deixa em aberto outras questões fundamentais e não pretende esgotar nenhum dos assuntos abordados. O âmbito da prática analítica em relação ao traumático e suas consequências clínicas na constituição subjetiva tomam diversos destinos, e à ênfase no “estudo de caso” e na capacidade experiencial do analista deve ser adicionada a necessidade de criação de novas “tecnologias sensíveis”. A noção de experiência, a partir da relação intrínseca entre exterior e interior, ainda requer estudos que sigam seus variados e possíveis meandros; nesse ponto, o retorno à prática de observação de bebês e crianças pequenas, ou mesmo da “reconstituição” psíquica de pessoas que passaram por experiências extremas, parece uma metodologia capaz de enriquecer as pesquisas psicanalíticas, sem que seja

necessário abandonar os pressupostos teórico-clínicos dos principais dispositivos psicanalíticos.

As elaborações sobre o trauma e sua relação com a constituição e reconstituição subjetivas, também podem comportar indicações profícuas ao campo da educação, assunto que despertou meu interesse para o desenvolvimento de novos trabalhos a respeito. A psicanálise parece ter muito a dizer quanto às práticas educacionais, principalmente no que tange à qualidade das relações nos primeiros anos de vida: assunto que parece urgente, se pensarmos na época cada vez mais precoce em que se inicia a escolarização, e como as relações familiares estão sendo cada vez mais substituídas por relações coletivas.

Na construção da argumentação da tese, alguns autores mereceriam sem dúvida uma explanação mais demorada, no entanto esse intento não foi levado à frente para privilegiar o estudo de análises também no campo da filosofia, o que pareceu relevante para a execução do propósito inicial da tese. Mais comentadores também poderiam ter sido visitados, mas privilegiou-se um estudo mais focado nos conceitos dos autores centrais com o intuito de cumprir a cronologia conforme a orientação da pesquisa, e por esses conceitos-chave serem considerados pertinentes ao interesse teórico que motivou a entrada no atual programa de doutorado.

No primeiro capítulo, a partir da apresentação do problema do irrepresentável como paradigma contemporâneo e da perda das condições para a constituição de uma narratividade, a noção de “corpo” é apresentada como problema central. Investido por forças de saber-poder que engendram mecanismos de controle sobre as formas de viver, o “corpo” surge na clínica sob nova roupagem, sem a ligação com a representatividade que o caracterizava na contemporaneidade, sem qualquer narração possível. O “corpo mudo” apresenta-se, na sintomatologia dos “casos difíceis”, como “vazio” irrepresentável, como espaço de “não existência”, consequência de uma “experiência” que perdeu qualquer dimensão criativa. A narratividade, por sua vez, dissociada de seu caráter de corporeidade, surge como “fala” vazia. Nesse sentido, as reflexões de Deleuze possibilitaram pensar o “corpo” como potência de resistência às organizações de saber-poder que investem as formas de viver na atualidade. A fim de considerar a possibilidade do surgimento de condições para a criação de uma nova “experiência” que pense a dimensão de corporeidade que lhe seja imanente, Deleuze explicita, para nós, o desafio e a demanda da clínica contemporânea, representada

pelas novas sintomatologias. Demanda política, ético-estética, de invenção constante de acordo com as contingências do momento em que vivemos, época de transvaloração cultural segundo a análise nietzschiana.

No segundo capítulo, procuramos explorar ressonâncias entre as noções de “crise representacional” e “catástrofe” no campo da cultura, e a noção de “trauma” no campo da constituição subjetiva. Dentre as consequências da “crise representacional” e da perda da narratividade, está a modificação do processamento da capacidade de pensar. O “impensável” é apresentado por Blanchot como pensamento do “desastre”, como um não-pensamento, a partir do conceito de “Fora”. Da mesma maneira, Blanchot permite considerar uma “linguagem do desastre”, ou uma “não-linguagem”, capaz de transmitir a impossibilidade mesma da comunicação. As análises de Foucault e Hannah Arendt trazem a dimensão radicalmente política da experiência como resistência. O “impensável” foi abordado como “forças do fora” e como “espanto” perante as condições traumáticas causadas pelas consequências da organização social desde a modernidade até os dias atuais. As teses de Agamben, que permeiam todas essas questões, indicam a possibilidade de considerar o impensável como “infância da linguagem”, em sua característica de abertura e força revolucionária. Diante das sobreposições dos aspectos coletivos e individuais da “catástrofe”, a noção de que “todo corpo é um corpo social” corrobora a ideia de que a corporeidade da experiência possui caráter de interseção entre o coletivo e a constituição subjetiva individual.

No terceiro capítulo, o conceito de “experiência traumática” é apresentado através das reflexões de Bataille e Derrida sobre os conceitos de “experiência impossível” e “desconstrução”, e através de conceitos de Ferenczi, Balint e Winnicott no campo da Psicanálise. Os conceitos de “desmentido”, “Falha Básica”, “Amor Primário” e “Falso Self” são analisados como consequências, no âmbito da constituição subjetiva, de falhas ambientais e relacionais. Esses conceitos colocam em jogo dispositivos de “desconstrução subjetiva”, de “desestruturação” e “crise” que têm como consequência a perda das possibilidades de pensar e narrar. A corporeidade da experiência traumática se faz evidente na desarticulação do “corpo” como potência de vida, rompendo os limites e tendo como consequência sentimentos de “inexistência” e “irrealidade”.

No quarto capítulo, a consideração da dimensão ética frente à problemática do traumático exige o enfrentamento da questão da “perda da experiência” a partir do ponto de vista da “sobrevivência” (Derrida). Diante da exigência ética contemporânea, as reflexões a respeito de conceitos clínicos formulados por Ferenczi, Balint, Winnicott, Fairbairn e Guntrip – ferramentas técnicas diante dos limites teóricos em relação ao “traumático” na clínica – possível apresentar a força inventiva do papel do analista como testemunha. As considerações técnicas desses autores indicam caminhos para a definição e recuperação da experiência como superação do traumático. A partir das considerações clínicas de Fédida, foi possível pensar o “corpo do analista”, como corporeidade clínica tornada “experiência” de criação de novos modos de ser.

O estudo desses filósofos e clínicos é instrumento de reflexão sobre a experiência. O trauma, transformação do “eu” em artifício incomunicável, dá acesso a ela e exige o manejo que apenas uma testemunha é capaz de reconhecer. Tal experiência é descrita em termos de “verdadeiro self” por Winnicott, na esfera conhecida como “interior” e, se ampliada, conforme a noção de “espaço potencial”, influencia as expressões criativas do indivíduo a partir do encontro do “verdadeiro self” e da experiência de *Continuar Vivendo*.

Assim, o acesso à experiência é sentido nos estados místicos da oração sincera, na meditação “sem pensamentos”, na maternagem realizada de forma gratificante, na possessão experimentada por leitores, escritores, poetas, pintores e músicos (ou melhor: em alguns momentos em que estamos lendo, pintando, fazendo poesia, escrevendo ou em contato criativo com a música). A experiência é, portanto, uma evidência da criação que ultrapassa a existência do “eu” enquanto instância adaptativa e reconhecível. A experiência é o estado impessoal do desejo e ultrapassa o pulsional; é passível de ser acessada, principalmente quando não está a serviço da adaptação.

Quando a constituição subjetiva não encontra no mundo a ressonância que permite a conexão com a dimensão da vida digna de ser vivida para o desenrolar do processo criativo, eminentemente “transmissível”, entre interno e externo, existem mecanismos protetores que a própria vida inventa. Aproveitando o material “corpóreo” que dispõe no mundo, a experiência se enverga “para dentro e para fora”, separa-se em interno e externo e deixa um fosso de proteção sentido como uma

espécie de “separatividade”. Mecanismo engendrado pela própria experiência, ela aguarda, de forma implícita ou explícita, a disponibilidade sentida como “externa” para que possa acessar e restabelecer a transmissibilidade. Nesse momento, há um sentimento de “estar vivendo”, de “corporeidade da experiência” que é oposto à sensação de morte traumática, de rompimento desta continuidade de vida.

A frustração, o medo, todos os sentimentos da própria vida, podem levar à “experiência de morte”, que enriquece a vida e faz parte dela. O domínio da experiência inclui todas as expressões humanas, o trágico, a agressividade e a dor. Mas a não transmissibilidade, a ausência de uma espécie de “amor do mundo”, caracterizado pela prontidão constante do objeto para ser criado no momento em que é apresentado, é insígnia do trauma, da perda da espontaneidade e do “direito de viver”. Traumático que engendra, de modo defensivo, variadas formas de doença, conhecidas e desconhecidas, em complexos mecanismos que tentam ser compreendidos em algumas áreas do conhecimento, incluindo a Psicanálise. E, nesse sentido, ainda há muito a compreender. Em vista do traumático da experiência, apenas a prontidão “externa” pode acessá-la.